

TERESINA, DA FUNDAÇÃO À EDIFICAÇÃO DO IMAGINÁRIO DESENVOLVIMENTISTA

Victor Marcelo Pires Gonçalves da Silva¹

Resumo

Este artigo tem por foco abordar o processo de transferência de Oeiras, antiga capital da província do Piauí, para Teresina que a partir de 1852 passa a ser a nova capital. Analisar os enfrentamentos políticos de José Antônio Saraiva, então presidente da Província do Piauí, idealizador e promotor da consumação do empreendimento de mudança. Indiciar representações de atraso e progresso implicadas nesse evento. E por último, problematizar algumas características sociais e econômicas do cenário teresinense desde sua fundação à virada do século XIX para o XX, considerando as amarras econômicas e o lento desenvolvimento em referência às demandas integradoras do capitalismo industrial.

Palavras-chave: Teresina. Transferência. José Antônio Saraiva.

Abstract

This article focuses on addressing the process of transferring Oeiras, the former capital of the province of Piauí, to Teresina, which from 1852 onwards became the new capital. Analyze the political confrontations of José Antônio Saraiva, then president of the Province of Piauí, creator and promoter of the consummation of the change enterprise. Indicate representations of delay and progress involved in this event. And finally, problematize some social and economic characteristics of the Teresina scenario since its foundation at the turn of the 19th century to the 20th, considering the economic constraints and slow development in reference to the integrative demands of industrial capitalism.

Keywords: Teresina. Transfer. José Antônio Saraiva.

Antecedentes e imbróglis: os bastidores políticos

Desde o final do século XVIII, cogitava-se a idealização de transladação da capital da província do Piauí, sediada em Oeiras. Dirigia-se à metrópole razões e justificativas variadas aviltantes de impedimento da região da Mocha², que iam desde

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. E-mail: victor82marcelo@hotmail.com

² Com o crescimento da população, há a necessidade da instalação de igrejas no território. Sendo assim, o bispo de Pernambuco autoriza a criação de uma freguesia com o nome de Nossa Senhora das Vitórias em uma região localizada entre o Riacho Mocha e o Rio Canindé. A evolução do povoado é grande e, em 1712, a Mocha se torna vila, por ordem do rei D. João V. Em 1718, o Piauí é desmembrado da capitania do Maranhão e se torna independente. A ordem do rei é para que se instale a capital na Vila da Mocha. O decreto só vem a ser cumprido em 1759, quando chega o primeiro governador do estado, João Pereira

condições climáticas desfavoráveis, posição geográfica de isolamento entre morros, infertilidade do solo de característica arenosa, alegações que projetavam desdobramentos pífios à economia da província em caso de permanência em tal situação.

Ainda na primeira metade do século XIX, fortaleciam-se os discursos pela necessidade da transferência da sede da Província. Citado por Chaves, o Presidente da Província do Piauí Zacarias de Gois³ (1845-1847) assim discorreu, em relatório, sobre o tema.

A capital deve estar situada em local salubre, aprazível, abundante, d'água, fértil, que ofereça vantagens nas comunicações com toda a Província, principalmente com os pontos de maior comércio dela, assim cômodas Províncias vizinhas. Enumera os elementos próprios de uma capital e conclui negando que Oeiras os possuía, ao menos em parte. Ela

“não tem preponderância, achando-se sob a tutela de Caxias pelo comércio e pela indústria. Situasse entre morros, é quase inabitável a cidade, porque o calor, que no clima do norte é tão intenso, torna-se aqui, por essa circunstância, ainda mais abrasador e insuportável: o local da cidade é tão pedregoso e, conseqüentemente, estéril, que não consente vegetação, de maneira que na estação calma dir-se-á morta a natureza, a não ser o riacho da Mocha, em cujas margens sempre verdejam, bem que raras, algumas árvores” (CHAVES, 1994, p.23).

A primeira localidade reclamada para esse empreendimento de transladação foi a Vila da Parnaíba⁴, entretanto a solicitação inicial não saiu do papel. Em segunda ação, já

Caldas. Mas só em 1761, dois anos após se tornar capital, é que a Vila da Mocha é elevada à categoria de cidade, com o nome de Oeiras, em homenagem ao ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal.

³ Zacarias de Góis e Vasconcelos (Valença, 5 de novembro de 1815 — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1877) foi um advogado e político brasileiro. Foi presidente das províncias do Piauí, Sergipe e Paraná, deputado provincial pela Bahia em 1843, reeleito em 1845 e 1847, presidente da Câmara dos Deputados pelo Paraná em 1864, deputado geral, senador do Império pela Bahia (de 1864 a 1877), ministro da Marinha, da Justiça, da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros por três vezes. Participou da fundação da Liga Progressista em 1864. Como pensador político, legou para a nação brasileira o livro *"Da Natureza e Limite do Poder Moderador"*. Neste livro, o conselheiro Zacarias faz uma análise do Poder Moderador, sugerindo que seu poder deveria ser reduzido. Foi originalmente publicado em 1860 e reeditado em 1862. Sua veiculação se deu durante o período de maior popularidade de D. Pedro II, causando polêmica pela posição avançada que tinha para a época, ao defender uma diminuição do poder do monarca em favor de um governo parlamentarista mais forte.

⁴ Localiza-se ao norte do Estado Piauí, na bacia hidrográfica do Rio Parnaíba e é cortada por este que se divide em vários braços formando o Delta do Parnaíba, o único em mar aberto das Américas e o terceiro maior do mundo, atrás do Nilo no Egito e o do Mekong no sudeste asiático. Um desses braços é o "rio" Igarauçu, onde se localiza o Porto das Barcas, importante ponto de escoamento de produtos extrativistas e de importação de mercadorias. No início do século XX foram construídos grandes armazéns para estocar mercadorias como cera de carnaúba e babaçu para exportar para países da Europa. O comércio era intenso e a região alcançou um alto grau de prosperidade. Em meados da década de 1940, o mercado internacional entrou em crise, Parnaíba perdeu espaço declinando economicamente. Antes da chegada do elemento colonizador, a região do Delta do Parnaíba era ocupada por índios da nação Tremembé. Entre os anos de 1571 e 1614, uma série de excursões chegaram a região, atraídas pelas notícias da grandiosidade do rio que cortava a região. Eram navegadores, aventureiros, jesuítas e pesquisadores que desbravavam a região muito antes dos bandeirantes. No início do século XVIII, criou-se um entreposto para a guarda de animais e

no século XIX, precisamente em 1844, retomou-se a tese da inviabilidade de Oeiras permanecer como capital. Sendo assim, por força de lei⁵, instituiu-se a autorização de mudança da capital para a margem do rio Parnaíba, na foz do riacho Mulato, atual cidade de Regeneração⁶, onde instalariam as primeiras repartições da nova capital. Nesse contexto, a elite de Parnaíba reclamava essa decisão, alegando razões positivas para sediar a nova capital, sobretudo a sua aproximação com o oceano, pelo desenvolvimento urbano e econômico do local, onde se constituíam edifícios cômodos para as repartições públicas dos novos residentes. Essa disposição também era notada em outras sedes das províncias do norte do Brasil que estavam situadas estrategicamente na costa litorânea e não se encontravam localizadas no “interior”.

Nesse cenário, elucubrou-se a transferência da nova sede administrativa da província para a Vila do Poti. Coube ao baiano José Antônio Saraiva, em 1850, nomeado presidente da província do Piauí, aos 27 anos de idade, pôr em prática a estratégica missão.

Em viagem para a certificação do lugar que sediaría a nova capital da província, Saraiva constatou que, na região ocupada pela Vila Velha do Poti, tratava-se de uma área de alagamento quando acometidos pelas cheias dos rios Poti e Parnaíba. Logo depois,

acondicionamento da carne bovina, a esse local foi dado o nome de Porto Salgado ou das Barcas que acabou propiciando o desenvolvimento de uma indústria charqueadora na região e de um dos núcleos que deram origem a cidade de Parnaíba. Em 20 de setembro de 1759, João Pereira Caldas, o então governador da província do Piauí, fundou a vila de São João da Parnaíba. Com o decorrer do tempo a vila ganhou destaque, desenvolveu-se, tornou-se um centro de difusão de cultura e de novas ideias por concentrar uma “elite intelectual” que começava a querer intervir na política nacional. Por vezes as notícias chegavam antes na vila do que na capital e foi neste contexto que Simplicio Dias da Silva, rico fazendeiro e homem de prestígio, no dia 19 de outubro de 1822, proclamou adesão da vila a independência da colônia. Por ter sido a primeira Vila do Norte do Brasil a proclamar a Independência, Parnaíba foi agraciada pelo Imperador Dom Pedro I, com o honroso título de “A Metrópole das Províncias do Norte” e Simplicio Dias da Silva convidado a ser o primeiro Presidente da Província do Piauí. No dia 14 de agosto de 1844, a vila foi elevada à categoria de cidade pela lei nº 166 promulgada pelo então governador José Idelfonso de Souza Ramos. A essa altura Parnaíba tinha referências na Europa e no mundo.

⁵ Lei nº 174 de 27 de agosto 1844.

⁶ Regeneração localiza-se a 140 Km ao sul de Teresina. Pela Lei Provincial nº 174, de 23 de agosto de 1844, foi autorizado o presidente da província a edificar na margem piauiense do rio Parnaíba, entre a foz do rio Canindé e a do rio Mulato, então termo de S. Gonçalo, uma cidade com o nome de Regeneração a fim de ser nela instalado o governo provincial. E, para fugir da pressão oeirense, implementando o quanto antes essa medida é promulgada a Lei Provincial nº 191, de 30 de agosto de 1845, que autoriza o governo provincial a proceder a mudança o quanto antes, devendo de imediato transferir as repartições públicas para a vila de São Gonçalo, hoje cidade de Regeneração, onde deveriam ficar até a edificação da nova cidade de Regeneração, à margem do rio Parnaíba. A Vila de S. Gonçalo funcionaria como capital provisória, porém nada foi feito, ficando essas leis como letra morta.

Todavia, quando da transferência da sede administrativa piauiense de Oeiras para Teresina, pelo presidente José Antônio Saraiva, a Vila de S. Gonçalo foi capital do Piauí por 24 (vinte e quatro) horas. Durante a transferência da capital, Saraiva e sua comitiva repousaram em S. Gonçalo, hoje Regeneração, aí pernoitando, e chegando em Teresina a 14 (quatorze) de agosto de 1852.

lançou o desafio, seduzindo os habitantes daquela vila para a edificação ali próximo, às margens do rio Parnaíba, um lugar mais “agradável” e “vantajoso”, que ficou conhecido como Vila Nova do Poti. O idealismo de Saraiva, focado na ação de seu plano, pode-se inferir em carta ao Governo Imperial.

Acredito, Exmo. Sr., que se conseguir mover os habitantes de Poti e dar incremento à edificação de suas moradas no novo local, se conseguir que eles edifiquem à sua custa a casa da Municipalidade, e outras, que possam ser convenientemente alugadas para repartições públicas, eu terei preparado o terreno no qual os meus sucessores possam ganhar a gratidão da Província. Preciso para isso de que o impulso seja dado pelo Governo Imperial (NUNES, 2007, p.99).

Saraiva estava convencido de que a Vila Nova do Poti era o local mais adequado por ser bem situado às margens do rio Parnaíba, capaz de desbancar o monopólio exercido por Caxias⁷ no comércio com o Piauí; por localizar-se mais próximo que Oeiras, da cidade de Parnaíba. Isso proporcionaria a progressão da condição de aproveitamento e desenvolvimento do potencial de navegabilidade do rio Parnaíba até o litoral, facilitando as relações políticas e comerciais com a Corte e todos os centros de “civilização” do Império; e, ainda, por dispor de solo fértil, para ampliação da subsistência, também entendida como saída do atraso econômico pelo beneficiamento agrícola da região. A respeito disso, Odilon Nunes⁸ mostra, em relevante trabalho de

⁷ Caxias é um município no estado do Maranhão, localizada no Meio-Norte do Brasil. Até o século XVII, a região era habitada pelos índios timbiras e gamelas. A partir de 1615, os portugueses escravizaram esses índios. Vários nomes foram conferidos à região: Guanaré (denominação indígena), São José das Aldeias Altas, Freguesia das Aldeias Altas, Arraial das Aldeias Altas, Vila de Caxias e, finalmente, em 1836, Caxias. “Caxias” era um homônimo da Quinta Real de Caxias, que se localizava perto de Lisboa. A Vila de Caxias fora no século XVIII um vigoroso centro comercial, localizado entre as margens do rio Itapecuru, num período em que a navegação era o mais importante meio de circulação das riquezas e muito se beneficiou dessa circunstância. Porto de entrada para o Alto Itapecuru e para a então região dos Pastos Bons, além de destino ou passagem do intenso intercâmbio mercantil a partir da Bahia, passando pelo Piauí até os sertões maranhenses. No contexto da transferência da capital do Piauí para Teresina, Caxias era um florescente entreposto de compra e venda de gado e de produtos agrícolas, principalmente arroz e algodão, de acentuada participação na economia do Maranhão.

⁸ Odilon José Nunes (Amarante, 10 de outubro de 1899 — Teresina, 22 de agosto de 1989) Professor e historiador brasileiro, membro da Academia Piauiense de Letras. Primeiro ocupante da cadeira 34, cujo patrono é Anísio Brito. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Como reconhecimento pelo seu trabalho de historiador recebeu da Universidade Federal do Piauí o título de doutor “honoris causa”. Também, as medalhas do “Mérito Joaquim Nabuco”, de Pernambuco, e do “Mérito Visconde da Parnaíba”, do Instituto Histórico de Oeiras. Teresinha Queiroz observa que: “As pesquisas de Odilon Nunes dificilmente serão superadas por um historiador individual, até porque se tornou impossível nos moldes em que ele produziu a sua – buscando simultaneamente a totalidade do social e a exaustão documental. Compulsando milhares de documentos durante décadas, num esforço individual notável.”

composição de fontes documentais, o relatório apresentado por José Antônio Saraiva, presidente da província do Piauí, em 1851, à Assembleia Legislativa.

Se o Piauí não mudar sua Capital, acrescentava ele “não pode provincializar o seu comércio, e consequentemente desenvolver sua agricultura [...]” E apresentava as vantagens da mudança da Capital para as margens do Parnaíba, para a Vila Nova, que tão alvissareiramente crescia próxima às ricas matas banhadas por um dos melhores rios do Brasil: salubridade, capacidade para arrebatar Caxias o comércio do Piauí, facilidade para a relações comerciais e políticas com a Corte e os grandes centros do Império, mais rica zona agrícola da Província e, portanto, maiores possibilidades para o progresso (NUNES, 2007, p.107-108).

No entanto, ainda antes da efetiva transferência da sede administrativa da Província, Saraiva enfrentara implacável e afrontosa resistência ao projeto idealista de modernização que abraçara e transformara, para além de questões institucionais, em um projeto ambicioso de ordem pessoal. Enquanto isso, seus opositores reacionários de Oeiras e especialmente da Câmara de Parnaíba rejeitaram o projeto de lei de 1851, que determinava a transferência da capital para a Vila Nova do Poti.

José Antônio Saraiva, por conseguinte, enfrentou seus opositores e obteve vitória no campo político, quando, em 15 de março de 1852, os deputados da Assembleia provincial votaram em maioria no projeto de mudança de Oeiras para a Vila do Poti, desde então denominada Teresina, a nova capital da província do Piauí.

Mesmo com a vitória política sobre seus adversários nessa confluência de jogos de interesses das elites locais ressentidas, Saraiva ainda enfrentaria resistência e os ânimos continuavam exaltados, a ponto de temer a hostilidade dos seus adversários, como mostra Chaves citando Clodoaldo Freitas⁹.

⁹ Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras (PI) no dia 7 de setembro de 1855. Fez os primeiros estudos e os de humanidades em São Luís, concluindo-os no Liceu Piauiense, em Teresina, em 1870. Posteriormente transferiu-se para Recife, vindo a graduar-se pela Faculdade de Direito da capital pernambucana em 1880. Depois de formado retornou ao Piauí, onde foi juiz municipal em Valença do Piauí até 1882. No ano seguinte assumiu os cargos de promotor público e juiz municipal em Teresina. Iniciou sua atuação política ainda no Império, como membro do Partido Liberal e defensor da causa abolicionista e a republicana. Em 1891, com a chegada de Floriano Peixoto à presidência da República, Gabriel Luís Ferreira, então governador do Piauí, foi deposto do cargo em 21 de dezembro. Assumiu seu lugar uma junta governativa presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos e integrada além de outros, também por Clodoaldo Freitas. Em 1896, Clodoaldo Freitas foi chefe de Polícia do Piauí. Em seguida, assumiu o cargo de procurador geral substituto da justiça, exercendo-o até 1900. Em 1903 candidatou-se a deputado federal e conseguiu votos para ser eleito, mas sua eleição não foi reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes. Nesse período, transferiu-se para São Luís, onde teve destacada atuação intelectual, figurando entre os fundadores da Academia Maranhense de Letras em agosto de 1908. De volta ao Piauí, foi nomeado desembargador em 1916 e fez parte do Tribunal de Justiça do estado até o fim da vida. Foi também um dos fundadores e o primeiro presidente da Academia Piauiense de Letras, em

Quando a bomba explodiu, já o ilustre e pertinaz presidente estava distante. O golpe foi terrível. Se o Dr. Saraiva se não tivesse retirado prudentemente, em tempo, teria, com certeza, sido vítima de alguma agressão. Os Ânimos se irritaram e era um verdadeiro clamor público contra o Presidente, que os mais exaltados cobriam de injúrias e juraram tomar, mesmo no Poti uma vingança estrondosa e sanguinária. Corria o boato que o povo não deixaria o cofre público sair de Oeiras e os agitadores gritavam pelas ruas que a senha da revolução era essa tentativa aviltante para os oeirenses, da retirada do cofre, sinal definitivo da realização da projetada mudança (CHAVES, 1994, p.2627).

A melancólica partida e a dicotomia atraso *versus* progresso.

O próximo passo, não menos laborioso, era a decisão pelo momento mais oportuno para o traslado do erário público e a construção dos prédios necessários para as repartições públicas, uma cadeia, um cemitério, estabelecimento dos Educandos Artífices, que trabalhariam nas obras públicas compatíveis com os seus ofícios, entre outras obras que fossem fundamentais para o tesouro da província. Nota-se, segundo os escritos de Chaves, a dolorosa e desoladora despedida, e o sentimento de vazio oeirense:

Muitos, até então, ainda ingenuamente, acreditavam na possibilidade da volta do governo para Oeiras, por deliberação da Assembleia, com a retirada do presidente, ou por ordem expressa do governo imperial. Queriam, pois, que o erário público ficasse em Oeiras, como uma garantia da permanência da capital e um protesto contra o ato presidencial. Assim, no dia em que o cofre, colocado em carro puxado por bois, partiu de Oeiras, cercado de numerosa força armada, a população, desiludida, abandonada a ideia de revolta, que realmente nunca tivera, entregou-se a uma dolorosa desolação, acompanhando-o até ao lado oposto da grande ponte construída sobre o Mocha pelo Dr. Zacarias, soluçando. Foi um dia de luto geral (CHAVES, 1994, p.27).

É importante refletir que se as condições dispostas em Oeiras foram justificativas para a transferência da capital da província em virtude, segundo os discursos de época, da condenação da região ao atraso e ao isolamento em relação a “outros centros de civilização do Império”. Por outro lado, a perda do *status* do centro administrativo da província conferiu à região, o imaginário de inércia, de isolamento, uma tradição de estereotípia sertaneja aparentemente imóvel das coisas do passado, enquanto Teresina

dezembro de 1917. Teve ainda uma vasta atuação profissional em outros estados: foi chefe de Polícia do Maranhão e Mato Grosso, diretor da imprensa oficial do Maranhão, professor de direito no Pará, inspetor escolar no Amazonas, juiz de direito nas cidades de Bagagem (MG) e Campos (RJ) e juiz municipal em Carmo (RJ). Também foi deputado estadual no Pará, enquanto residiu nesse estado. Faleceu em Teresina, em 29 de junho de 1924.

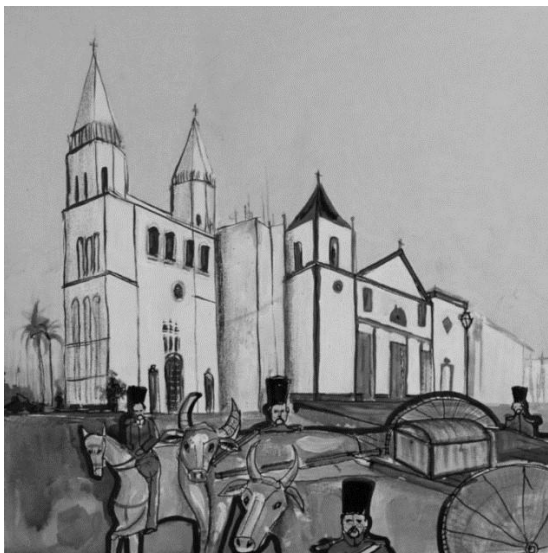
assumiria, a partir desse olhar, representação de vanguarda rumo ao progresso e às mudanças exigidas pelos centros econômicos mais pulsantes do Brasil e do mundo.

É oportuno notar, ainda, o plano abortado de Parnaíba como projeto de sede administrativa, mesmo situada na faixa litorânea. Se esse, por ventura, pudesse ser um fator determinante para o desenvolvimento, no entanto, Teresina, localizada no Meio-Norte, assumiu representação de modernidade irônica e paradoxalmente no sertão brasileiro, fugindo à regra das outras capitais nordestinas. E nesse sentido, em alguma medida, o plano estratégico de Saraiva teria assoreado tal qual as coroas¹⁰ do Parnaíba, com a licença do trocadilho. Por outro lado emergente e inusitado, ao transfigurar por meio da sua intervenção, mesmo com todas as limitações econômicas, uma vila do sertão piauiense em uma cidade de costumes e tradições que forjam signos negociados pelo diálogo com as tradições passadas e a modernidade projetada, incessantemente em busca do suposto prejuízo de modernidade que povoava o imaginário local.

O talento do artista plástico Evaldo Oliveira¹¹ representa eventos que envolvem o passado teresinense. Sua arte, ao ser apreciada, toca os sentidos e emoções, sensibilizando o imaginário coletivo social. Um convite para revisitar a História por meio da memória coletiva local e individualizante dos seus correspondentes.

¹⁰ Bancos de areia, ou 'coroas', do Rio Parnaíba, visíveis em maior número perto da avenida Maranhão, no centro de Teresina, estão cada vez mais presentes e revelam um grave problema ambiental. Em áreas que são consideradas pelo código florestal brasileiro, de “preservação permanente”, sofrem pela ação do homem, com o desmatamento da mata ciliar, formação vegetal localizada a margem do rio. No período chuvoso, o solo desprotegido é escoado para o leito do rio, aterrando-o e exibindo em sua superfície a pouca ou nenhuma profundidade.

¹¹ Evaldo Santos Oliveira, nasceu em Teresina-PI, em 7 de novembro de 1959, é artista plástico brasileiro, também atua como professor do Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal do Piauí – UFPI, onde foi chefe de departamento e coordenador de curso. Atuou como professor da educação básica e superior em instituições privadas de Teresina. Integrou o corpo docente de diversos cursos: Belas Artes, Artes Visuais, Turismo, Saúde Mental, Arquitetura, Urbanismo, entre outros, em Teresina e outros municípios. Membro do coletivo UAPPI – União dos Artistas Plásticos do Piauí. Participou de várias exposições individuais e coletivas no Piauí, em outros Estados e fora do país. Suas obras estão expostas em galerias, museus, centros culturais, repartições públicas, empresas privadas e domicílios por todo o mundo.



*“De Oeiras para Teresina”, do artista plástico Evaldo Oliveira. Acrílico sobre tela.
Foto do autor/2019.*

Essa expressão artística relativiza-se a infinitas possibilidades de interpretação e sentidos, tanto pela mensagem implicada subjetivamente pelo artista, como pela apropriação desta por seus interlocutores. De acordo com Roger Chartier, quando se refere à leitura de um texto, que pode escapar à passividade que tradicionalmente lhe foi atribuída, ler, olhar ou escutar são efetivamente uma série de atividades intelectuais que, longe de submeterem ao consumidor, permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência (CHARTIER, 1988, 59). Desse modo, assim como um texto, as artes visuais também possuem uma mensagem intencional inicial, essa parcialidade indutiva pode ser reapropriada, digerida subjetivamente por quem a consome. Em vista disso, Zygmunt Bauman diz que nenhum de nós pode construir o mundo das significações e sentidos a partir do nada: cada um ingressa no mundo pré-fabricado em que certas coisas são importantes e outras, não. Essa é a sabedoria que todos nós recebemos como uma prenda do mundo intersubjetivo da cultura (BAUMAN, 1998, p.17).

Por esse aspecto inquietante e sensível que a arte provoca, volta-se à análise dos indícios da obra que permite inserir sua estética ao contexto teresinense de meados do século XIX. Em primeiro plano, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo, localizada na praça da Constituição (atual praça Marechal Deodoro), denota a chegada do cofre que guardava o erário público da província, conduzido e escoltado em carro de boi para a Vila Nova do Poti. Ao lado, no plano mais ao fundo da imagem, ponderando as licenças poéticas permitidas à arte, Evaldo Oliveira projeta a Catedral Nossa Senhora da Vitória,

igreja do início do século XVIII, localizada na praça das Vitórias, no Centro de Oeiras, aludindo à perda do título e *status* da primeira capital Oeiras, para Teresina, a nova capital da província do Piauí.

De acordo com Chaves, lançando juízo aos feitos do presidente da província, Saraiva agiu com astuta rapidez e precisão admiráveis, inibindo dessa forma as iniciativas de relutância à oficialização concreta da transferência. Em 24 de dezembro de 1852, fora transferida, em solene procissão, do Poti Velho, a imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Amparo, e inaugurada a Igrejinha do Amparo.

A invenção da tradição desenvolvimentista versus os infortúnios econômicos

A nova capital da província do Piauí nascera sob a égide da modernidade, todavia em seus primeiros tempos, precisamente até a virada oitocentista para as expectativas entusiasmadas e promissoras dos primeiros tempos de República, enfrentou problemas de ordem financeira e de infraestrutura, limitando o potencial empreendedor da província, referenciados aos padrões de modernidade das estruturas burguesas dos grandes centros capitalistas. Nesse cenário o agrônomo e escritor paulista Francisco de Assis Iglesias¹² descreveu suas impressões sobre a cidade de Teresina, quando esteve na cidade em missão oficial entre os anos de 1912 e 1919, quando passados mais de meio século da fundação da nova capital.

Teresina – Cidade Verde – como a denominou Coelho Neto, é a Capital do Piauí. De todas as capitais que conheço é a menor, e, talvez, a menos favorecida pelo progresso. Tem, mais ou menos, 500 casas de alvenaria e o resto é de pau a pique, ou simplesmente de palha da palmeira babaçu ou “coco de macaco”. Há ruas inteiras de casas de palha. Quando pega fogo numa casa, o incêndio se propaga com rapidez incrível pela rua toda, pois além do fogo ser verdadeiramente de palha, não havia bombeiros na cidade. [...]
A cidade ainda era iluminada a lampião de querosene. Esse fato, justamente à tarde de nossa chegada, nos impressionou muito mal; não estávamos mais acostumados a ver iluminação tão obsoleta. [...] A cidade ainda não tinha rede de esgotos, nem água filtrada. Quanto à água potável, nas casas de família de tratamento, usava-se o sistema de decantação. [...] Obtinha-se, desta forma, água relativamente limpa (IGLÉSIAS, 2015, p.47-51).

¹² Nascido no ano de 1886, paulista de Piracicaba. Formado no ano de 1909 em Engenharia Agrônoma pela Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ – que se integraria à USP em 1934). Em *Caatingas e Chapadões* fez História no heterodoxismo romântico-aventuroso de uma epopeia. Foi agrônomo, zoólogo e prosador de espírito poético. Faleceu em 1969. Produção literária: - Constituinte e Constituição Brasileira; - A Industrialização Brasileira; - A Revolução Industrial; - Memórias de um Agrônomo; - Caatingas e Chapadões; - História para o Vestibular; - Trajetória Política do Brasil (1500-1964), Álbum Florístico.

Entre as características referenciadas por Iglesias, sublinha-se a iluminação pública à querosene, quando nesse contexto os grandes centros já utilizavam iluminação a gás ou elétrica. Segundo Chaves, Teresina não dispunha de um serviço de iluminação pública propriamente dito, em escala regular, até o ano de 1882 (CHAVES, 2013, p.57). E ainda, é importante lembrar, que eram necessários funcionários que acendessem diariamente as luzes nas ruas da cidade. Por isso era comum, no espaço teresinense na virada do século XIX ao início do século XX a figura do acendedor de lampião. Isso pode ser notado na obra *Um manicaca* de Abdias Neves.

E no lusco-fusco da tarde que morria nostálgica, em contraste com o festivo bimbalar dos sinos, apareceu D. Júlia à janela de uma casa da rua da Glória, chamando sempre pela enteada.

– Miloca?

Tarde esplêndida de maio. Côncavo e sereno, abria-se o céu, qual uma grande taça azul emborcada. Boiavam coágulos de sangue do sol posto, oculto na poeira de ouro e sedas do poente, e vinham de longe murmurinhos confusos, trêmulos zumbidos de abelhas ocultas. O acendedor dos lampiões passou correndo pela rua, levando a escadinha ao ombro (NEVES, 2010, p.7).

Entre outros aspectos do cenário teresinense, Francisco Iglesias esmiúça alguns, como o costume de dormir em rede, cultura herdada dos povos indígenas, a simplicidade do traçado urbano, o calor, o acesso a uma variada dieta de frutas tropicais e o baixo custo de vida.

As ruas eram bem traçadas, em sentido retangular; infelizmente, quase sem arborização; as praças eram grandes, com algumas árvores de sombra. Porém sem jardinamento; a única exceção era o jardim que ficava atrás da igreja do Carmo. As principais ruas eram: rua Bela, rua Grande e rua Paissandu; as praças mais importantes, pela sua área e localização, tinham os nomes de: “Saraiva”, “Aquidaban” e “Marechal Deodoro”. Nessa última, estava o Palácio do Governo, Assembleia e Escola Normal. Ia até à beira do rio, no porto dos naviozinhos. [...]

E assim fomos vivendo em Teresina, vida pacata, serena, sem contrariedades. Sem contrariedades é modo de dizer, pois tínhamos o calor que nos martirizava. [...] tínhamos frutas em grande quantidade e por baixo preço. Bananas-maçãs, grandes e saborosas, como não há no sul, a cinco tostões o cacho; pinhas ou frutas do conde, deliciosas, de polpa branca, a dez tostões a dúzia; mangas das mais gostosas e variedades, quase de graça – por dois tostões comprávamos um saco cheio; melões saborosos e grandes, de 4 a 5 quilos, por 4 tostões. Quantas saudades estas linhas me dão!... Como era boa e fácil a vida até 1914! Com a primeira guerra mundial só vemos e ouvimos prantos e ranger de dentes (IGLÉSIAS, 2015, p.49-50).

Nesse período, a partir de meados do século XIX, o contexto ocidental europeu, determinante de vários padrões em escala global, observava a franca expansão do

capitalismo, por ocasião da fusão do capital industrial com o financeiro. Intensificou-se progressivamente a concentração de pessoas nas áreas urbanas, a formação de um mercado de trabalho assalariado, o predomínio da indústria na economia e a concentração de capital na formação de grandes monopólios empresariais. Nesse contexto, em 1853, data bem próxima da fundação de Teresina, assumiu a prefeitura de Paris Georges-Eugène Haussmann, incumbido pelo imperador Luís Napoleão Bonaparte de reformar a malha urbana da cidade. O plano era construir prédios e bulevares públicos, introduzir um sistema de água, de esgoto, de iluminação e instaurar um serviço de transporte público eficiente. A partir do Arco do Triunfo, criou uma estrela de 12 largas pontas das quais saíram retas e arborizadas avenidas. Criou ainda grandes parques e jardins públicos, novos bairros e prédios com fachadas padronizadas. Paris e Londres, cidades que apresentavam dinamismo industrial, influenciaram reformas urbanas e a criação de várias cidades do mundo, a partir dos padrões estéticos das novas necessidades de controle burguês.

Em referência contrastante ao referido cenário, Teresina desenvolveu-se lentamente. Nessa análise, Chaves diz que Teresina, não obstante ter sido construída para capital da província, cresceu com todos os defeitos inerentes de um desenvolvimento prematuro e apressado (CHAVES, 1994, p.27), entre eles os problemas de evasão e falta de estrutura dos estabelecimentos de instrução primária e secundária, de saúde pública (epidemias de sarampo, tuberculose, tifo e varíola) e a precariedade nos serviços de limpeza pública, de abastecimento d'água e de subsistência.

O historiador Joaquim Chaves, à luz de fontes garimpadas no arquivo público¹³, sobretudo hemerográficas, jornais do século XIX e início do século XX, nos indica em seus estudos elementos básicos em registros detalhados dos eventos históricos teresinenses. Segundo Teresinha Queiroz,

O conjunto de sua obra dá voz às pessoas anônimas que aparentemente nada fizeram de grandioso. [...] A obra de Monsenhor Chaves é tão importante para a historiografia piauiense quanto a de Odilon Nunes e a de Abdias Neves. Em minha opinião, o somatório das obras dos dois primeiros corresponde à maior

¹³ Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Estado do Piauí, localizado na rua Coelho Rodrigues, 1016 - Centro (Sul), Teresina - PI. É um órgão responsável pela guarda da documentação de valor histórico, artístico e cultural produzida no estado fundado em 1909. Originalmente o arquivo fora museu, biblioteca e arquivo público; só a partir da década de 1980 os órgãos foram desmembrados. funciona em um edifício histórico que *"apresenta uma fachada no estilo Art déco, com equilíbrio entre cheios e vazios, marcação da entrada principal com detalhes escalonados em massa. As esquadrias não são originais e a pintura atual busca ressaltar os detalhes decorativos da fachada"*.

contribuição à área entre as décadas de 1950 e 1970. (CHAVES, 2013, p.11-12).

Como encaminha a historiadora Teresinha Queiroz, alguns escritos de Monsenhor Chaves, Odilon Nunes e Abdias Neves foram apropriados nesta narrativa como fontes, por apresentarem um acervo documental caro para esta análise, muitos deles hoje inacessíveis ao manuseio e pesquisa. Logo, esses historiadores, não de formação, mas de ofício, dão preciosas pistas para análise de signos imbricados no cotidiano e organização espacial de Teresina do século XIX e início do século XX.

A partir do exposto, de acordo com Chaves, foram intensas as dificuldades enfrentadas para a construção dos primeiros edifícios públicos em Teresina, destacando o emprego de trabalho escravo, materiais improvisados e a falta de assistência técnica apropriada para as construções. Entre 1852 e 1860, eram poucos os edifícios públicos em construção, a maioria das repartições do Governo foi instalada em casas alugadas.¹⁴ Nesse contexto, alguns dos edifícios foram sendo construídos, a saber: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, o Hospital de Caridade, o cemitério, a cadeia, o mercado São José, localizado na praça da Constituição¹⁵, o Liceu, o Quartel, o Teatro Santa Teresa, a Tesouraria Provincial, a Secretaria de Governo, a Secretaria Provincial e a Câmara do Júri. Grande parte dessas obras levaram anos para serem construídas, algumas viraram a década para o término ou nem foram concluídas, outras tantas foram apropriadas para outros fins que não lhes foram inicialmente conferidos.

Segundo a historiadora Maria Mafalda Balduino, havia uma preocupação de um plano modernizador para a cidade de Teresina, por isso as medidas disciplinares foram utilizadas como instrumento de observação dos olhares do poder, sobre a vida urbana. Pois, de acordo com a autora,

era recomendação de Saraiva que as posturas municipais atendessem às conveniências urbanísticas e também às de salubridade. Recomendava, também, a beleza e a estética dos prédios públicos do centro da cidade. Assim, o projeto de organização e embelezamento da cidade fazia presente a partir do traçado de sua planta em forma de xadrez. Desta maneira, as ruas e praças ficavam alinhadas, o que tornaria mais aberta a circulação das pessoas, policiais e mercadorias deixando-as mais visíveis para a observação dos olhares do poder (ARAÚJO, 1995, p.1213).

¹⁴ Ibid., p.28.

¹⁵ Atual praça Marechal Deodoro da Fonseca, também conhecida como Praça da Bandeira. Localizada no centro histórico de Teresina. A praça nasceu junto com a construção de Teresina, cuja inauguração foi em 16 de agosto de 1852, e foi ao redor da praça que emanou a feitura urbana da cidade que foi construída para ser a nova capital da província do Piauí.

A Escola dos Educandos Artífices e o Correio funcionaram em casas alugadas e simples. Isso revela que, diante da precariedade econômica da realidade teresinense desde sua fundação, o plano moderno, idealizado por Saraiva, pragmatizou-se com grandes restrições, principalmente em nível de infraestrutura, base imprescindível à edificação, à manutenção ou ao funcionamento de uma estrutura concreta ou abstrata, visível ou percebida racionalmente. Sob outra perspectiva, não se pode deixar de reconhecer o esforço de Saraiva no empreendimento de tornar a Vila Nova do Poti, circunstanciada à capital da província da Piauí, ares de modernidade, dignas de sua atribuição de importância política e econômica estratégicas nesse projeto. Sobre essa circunstância, pode-se inferir na mensagem de Zacarias de Góis¹⁶, citada por Odilon Nunes:

Erguer de repente uma cidade inteira, é empresa possível a um homem de gênio que disponha de inumeráveis braços, de uma riqueza imensa, mas é uma perfeita quimera para o governo constitucional de uma província pobre. Saraiva deixou-nos a lição de que, apesar de pertencermos a uma comunidade ainda pobre, muito poderemos fazer para enriquecê-la desde que saibamos amá-la com carinho e pertinácia (NUNES, 2007, p.117).

No ano de 1885, Francisco Augusto Pereira da Costa, citado por Odilon Nunes, assim descreveu o traçado urbano de Teresina.

A cidade é dividida em sete praças e 26 ruas, sendo 10 de norte a sul, e 16 de leste a oeste, todas espaçosas, bem alinhadas e cortadas em ângulos retos, formados em geral de boa e elegante edificação. Os seus edifícios públicos são os seguintes: o Quartel da Companhia de Infantaria, Hospital da Santa Casa de Misericórdia e a Casa de detenção, situados no Campo de Marte; Matriz de N. S. do Amparo, Tesouro Provincial, Paço da Assembleia, Palácio da Presidência, Tesouraria da Fazenda, Correio, Mercado, Câmara Municipal, Fundação e Escritório da Companhia de Navegação Fluvial do Parnaíba, situados na Praça da Constituição, a mais bela e notável da cidade, pela sua extensão, edificação e arborização, notando-se ainda, no centro da praça, uma coluna de mármore dedicada ao ex-presidente da Província Dr. José Antônio

¹⁶ Zacarias de Góis e Vasconcelos, Nasceu em Valença-BA, 5 de novembro de 1815, morreu no Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1877, foi um advogado e político brasileiro. Foi presidente das províncias do Piauí, Sergipe e Paraná (neste último, o seu primeiro presidente), deputado provincial pela Bahia em 1843, reeleito em 1845 e 1847, presidente da Câmara dos Deputados pelo Paraná em 1864, deputado geral, senador do Império pela Bahia (de 1864 a 1877), ministro da Marinha, da Justiça, da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros por três vezes. Participou da fundação da Liga Progressista em 1864. Como pensador político, legou para a nação brasileira o livro "Da Natureza e Limite do Poder Moderador". Neste livro, o conselheiro Zacarias faz uma análise do Poder Moderador, sugerindo que seu poder deveria ser reduzido. Publicado durante o período de maior popularidade de D. Pedro II, este livro causou polêmica pela posição avançada que tinha para a época, ao defender uma diminuição do poder do monarca em favor de um governo parlamentarista mais forte.

Saraiva, a quem se deve a iniciativa da mudança da Capital de Oeiras para Teresina; O Quartel de Polícia, na Praça Arquidaban; a nova Igreja de S. Benedito, o mais belo e novo edifício da Província, na praça do mesmo nome; a Igreja Matriz de N. S. das Dores e dois edifícios de escola pública na praça Saraiva; a uma capela, catacumbas e alguns mausoléus, situados fora das raíais da cidade, mas a pequena distância. Os prédios particulares, em geral de boa construção, e sobretudo de ótimas acomodações e de barato aluguel, elevando-se pouco mais ou menos ao número de 500 além de algumas chácaras e centenas de choupanas, que se estendem até fora dos limites da cidade (NUNES, 2007, p.125-126).

Contudo, Teresina, em fins do século XIX, também demonstrava alguns avanços que sugeriam, à luz das noções de desenvolvimento, diminuir as desvantagens econômicas e sociais em relação às praças comerciais de Caxias e São Luís, no Maranhão. Chaves destaca a criação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba (1858), o telégrafo (1884), a Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses (1889), a Associação Comercial Piauiense (1900), as posturas do município (1867). Nessa análise, de acordo com Nicolau Sevckenko, os novos recursos técnicos, por suas características mesmo, desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem, alucinam. Não raro, seus efeitos perturbadores excedem aqueles de harmonização, daí que um olhar desavisado possa ser seduzido pela novidade que trazem, ao invés de perceber o desconforto e as tensões inevitáveis que as inovações tecnológicas produzem nos modos de vida (SEVCENKO, 1998, p. 516).

Dessa forma, o barco a vapor, o telégrafo, a fábrica de fiação, a associação comercial, o código de postura do município, inscrevem-se entre os fatores modernizadores da capital piauiense. Isso se verifica quando Teresinha Queiroz nos diz:

A mudança da capital de Oeiras para Teresina e o incremento da navegação a vapor eram condições tidas como fundamentais pelos homens públicos para o desenvolvimento da província e para a independência do seu comércio em relação ao do Maranhão. Essas medidas deveriam ser complementadas com abertura de estradas de rodagem ligando as regiões produtoras aos portos fluviais. Aos poucos o Piauí vai ganhando traços de um estado moderno, se constituindo como estado produtor e exportador de produtos que interessava o mercado internacional. Essa iniciativa pública tinha como finalidade romper o isolamento da província e integrá-lo ao espaço regional (QUEIROZ, 1998, p.21).

Ainda de acordo com a historiadora Teresinha Queiroz, a cidade de Teresina, em fins do século XIX e início do século XX, apesar de alguns avanços integradores da

modernização, não era de grande expressão e contrastava com as transformações dos grandes centros urbanos capitalistas do Brasil e do mundo. Segundo Queiroz,

O universo da pequena cidade do final do século XIX e início do século XX, um dos contrastes observados em relação às grandes cidades da Europa, dos Estados Unidos e mesmo do Brasil, é o de que os processos de transformação por que ela passa não são dramáticos como os das últimas, essencialmente em seus aspectos quantitativos. [...]

Entretanto, devido ao rearranjo das atividades econômicas e pela inflexão que vai a economia do estado a partir da passagem do século, reorganizou a população e adensou-a no sentido das margens do rio Parnaíba e norte do estado, num movimento que favorece Teresina, em vista de sua localização.

Até o final do século XIX, a base da economia piauiense é a pecuária, atividade distribuída por todo o Estado, mas com leve concentração na área centro-sudeste. A partir do início do século XX, com a exploração da maniçoba, há um período de evidência da região-sul-sudeste; mas ao longo do tempo, a tendência mais forte é a do adensamento da população no centro-norte do Estado. [...] As décadas de 1880 são para o processo de mudança no Piauí, no sentido de sua integração regional e é quando aparecem os primeiros elementos de modernização, representados pela navegação a vapor e pelo telégrafo (QUEIROZ, 1998, p.19-21).

Com o advento republicano e suas novas demandas dos primeiros anos do século XX, o governo tomou a frente para melhorar a infraestrutura da cidade. Uma outra ação, essa do ponto de vista ideológico e imposição de novos valores por meio do poder do discurso foi a fundação da Academia Piauiense de Letras - APL em fins de 1917, faz-se de maneira mais notada pela atuação de alguns grupos de intelectuais do Estado de carreira jornalística, política, jurídica, poética e histórica, comumente egressos da Faculdade de Direito de Recife – PE. Nesse sentido, Pierre Bourdieu nos diz que a colaboração entre poder público e instituições culturais são fundamentais para a manutenção ou imposição do poder simbólico, é por esse mecanismo de integração social, enquanto instrumentos de conhecimentos e de comunicação, que dão sentido ao mundo social fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 2007, p.10). E ainda por esse aspecto, pode-se dizer que o sentido simbólico institucional dos poderes constituídos e dos grupos dirigentes da cidade, voltavam-se para a invenção de uma tradição de vanguarda, projetadas na modernidade, dessa forma, o esforço era de sepultar as coisas pretéritas que se ligava a representações da passividade, da resignação, da dependência, da humildade, da nostalgia, do isolamento sertanejo. Esses intelectuais da APL, pretendiam, segundo Queiroz,

tirar Teresina da condição de acanhamento e de provincianismo que fazia com que ela contrastasse profundamente com São Luís, a Atenas brasileira; com Belém, vista como um lugar de vanguarda cultural; com Recife, a metrópole

do Norte; e com o Rio de Janeiro, cenário do sonho dos literatos brasileiros (QUEIROZ, 2008, p.39-46).

Algumas limitações de ordem estrutural e financeira podem-se notar, ainda, depois do primeiro século de existência da capital piauiense, no artigo publicado em *O Jornal do Comércio*.

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; o meios-fios quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar. [...] E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha. [...] Se um turista que nos chegue pelo Centenário, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo (Jornal do Comércio, 1952, p.3).

É fato que, a partir dessa realidade, alguns esforços de ordem política foram tomados nas décadas subsequentes para mudar esse cenário e integrar Teresina, aos olhos da modernidade, padrões dignos de recebimento dos visitantes por ocasião do seu centenário. Nesse sentido, o governador Pedro de Almendra Freitas reclama por uma necessidade de ação de mudança em mensagem apresentada à Assembleia, destacando que é preciso ter em vista que um acontecimento de tal magnitude atrairá sobre nós as vistas e as atenções do mundo oficial e do público brasileiro em geral. Seremos medidos e julgados por meio de um século de atividades (ESTADO DO PIAUÍ, 1951, p.19).

Conclusão

O esforço político e energia empreendida por Saraiva, no que tange à mudança da capital de Oeiras para a Vila Nova do Poti, em 1852, incorporava representação de modernidade e progresso, conceitos que povoavam o imaginário dos administradores públicos e do próprio imperador Dom Pedro II. Discreto e estudioso, o imperador fazia constantes viagens para o exterior, com afincos de inserir e apresentar o Brasil aos moldes e padrões de “civilidade europeia”, assim mostra Lilia Moritz Schwarcz em análise ao diário de Dom Pedro II de finais da década de 1880, constante do Arquivo da Casa Imperial: O “monarca inventor” e adepto das vogas científicas combinava com o cidadão do mundo que viajava como um ‘turista’, que se quer, ‘qualquer’. Procurando passar uma imagem civilizada no exterior, era também divulgada e apreciada na corte brasileira,

igualmente dada a estrangeirismos. E quem lidera a cena, para sempre (no século XIX), são o progresso e a civilização com seus símbolos diletos: a pilha, a locomotiva, o telégrafo, o navio a vapor (SCHWARCZ, 1998, p.386-387).

Portanto, os avanços pela busca integradora da vanguarda, como fatores condicionantes da modernidade, em alguma medida geraram transformações, ainda que tímidas, em alguns aspectos do cotidiano teresinense. Segundo Milton Santos, isso nos leva à distinção de diversos tipos de pequenas cidades, e a partir daí, à análise dos fatores determinantes do crescimento urbano. A cidadezinha constitui a célula-máter que atende as necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento socioeconômico de seus habitantes. Porém, cada uma dessas cidades constitui um caso específico quando se leva em conta sua função principal: cidade comercial, cidade de serviços (SANTOS, 2008, p.27).

Não é propósito deste escrito julgar ou analisar os desdobramentos da ação de Saraiva. Se teria sido uma iniciativa ousada, virtuosa ou um erro estratégico ao sacramentar o Piauí a posições retardatárias do PIB - Produto Interno Bruto nacional. Isso talvez demandasse nova problemática, envolvendo complexidades e variados fatores que se distanciam deste escopo.

No entanto, é pertinente pensar as transformações advindas da materialização de um projeto futurista de transferência, bem como perceber a dificuldade até o início do século XX de pôr em prática os argumentos utilizados para fundamentação do desejo de iniciar um projeto modernizador a partir da Vila do Poti, em prejuízo da Vila da Parnaíba e Oeiras. Isso notadamente também se reflete nos aspectos cotidianos, nas teias de significações sociais, protagonizados pelos atores que constituem esse cenário teresinense. Para Hobsbawm,

é natural que qualquer prática social que tenha de ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume. Isso é válido tanto para práticas sem precedentes como para práticas já bastante conhecidas. As sociedades que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior do que antes (HOBBSAWM, 2015, p.9).

Esse é o caso de Teresina, nascida em um contexto de planejamento para atender às demandas integradoras do capitalismo industrial. Nessa acepção, suas rotinas

funcionam melhor quando transformadas em hábito, em procedimentos automáticos ou até mesmo em reflexos, pois necessitam ser imutáveis, o que pode afetar a outra exigência necessária da prática, a capacidade de lidar com situações imprevistas ou originais (HOBBSAWM, 2015, p.10). E essa imprevisibilidade do original empregado é contingenciada pelos valores do passado, dando o tom de originalidade híbrida característica do cotidiano teresinense.

Referências

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Imagens de Teresina no século XIX*. Teresina: ApeCH/UFPI, 1995.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHARTIER, R. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 1988.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Teresina: Subsídios para a História do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1951*. Teresina, 1951.

HOBBSAWM, Eric J; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*; tradução: Celina Cardim Cavalcante. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e Chapadões*. 3. ed. – Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

Jornal do Comércio. *Pobre Teresina*. Teresina, ano 6, n.926, p.3, 20 jan.1952.

NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Fundação Quixote, 2010.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província. Em busca da organização: escola e trabalho...Volume IV*. Teresina: FUNDASPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

QUEIROZ, Teresinha. *Os Literatos e a República, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2.ed. Editora Universitária/UFPB. Teresina/João Pessoa, 1998.

_____. *Emoção e respeito no discurso de posse*. Presença. Teresina, ano 23, n.41, abril de 2008.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 3: da Belle Époque à era do rádio. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.